

**ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PREVENÇÃO DA OBESIDADE INFANTIL:  
UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Chrisllyne Oliveira da Silva, Andressa Silva de Castro<sup>1</sup>, Francielle Borba Medeiros<sup>1</sup>  
Laura Maria Vieira Bezerra do Valle<sup>1</sup>, Ana Larissa Gomes Machado<sup>1</sup>, Luisa Helena de Oliveira Lima<sup>1</sup>

**RESUMO**

A obesidade é uma doença grave que se caracteriza por aumento excessivo da gordura corporal. Atualmente, é considerada um dos principais problemas de saúde pública. O estudo tem como objetivo geral analisar na literatura científica como as políticas públicas contribuem para a prevenção da obesidade infantil. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura (RI), com utilização de descritores e pesquisa nas bases de dados Cinahl, Pubmed, Scopus, com utilização do booleano "and". Ao todo 13 estudos foram selecionados, destes nove (69,2) apresentavam abordagem quantitativa dos dados, a maioria dos artigos tinha como delineamento os estudos transversais (53,8%) e ensaio clínico randomizado (30,7%). O periódico com mais publicações foi o BMC Public Health (38,4%), a maioria dos estudos eram originários dos Estados Unidos (46,1%), e o inglês foi o idioma que prevaleceu (100%). Os estudos permitiriam ampliar os conhecimentos em relação as políticas públicas voltadas a obesidade infantil, que demonstraram importante resultados quanto a redução do IMC, mudanças dos hábitos alimentares e incentivo a prática de atividade física, entretanto para que sejam bem-sucedidas deve levar em conta a realidade local, os indicadores sociodemográficos, e a intensidade e duração da implementação dessas políticas.

**Palavras-chave:** Obesidade infantil. Políticas Públicas. Prevenção Primária.

**ABSTRACT**

Performance of public policies in the prevention of child obesity: an integrative review

Obesity is a serious disease that stands out due to the excessive increase in body fat. Currently, it is considered one of the main public health problems. The study's general objective is to analyze in the scientific literature how public policies contribute to the prevention of childhood obesity. This is an integrative literature review (IR), using descriptors and searching the Cinahl, Pubmed, Scopus databases, using the Boolean "and". A total of 13 studies were selected, of which nine (69.2) had a quantitative approach to data, most articles had cross-sectional studies (53.8%) and a randomized clinical trial (30.7%) as design. The journal with the most publications was BMC Public Health (38.4%), most studies were from the United States (46.1%), and English was the prevailing language (100%). The studies would allow for the expansion of knowledge in relation to public policies aimed at childhood obesity, which showed important results regarding the reduction of BMI, changes in eating habits and encouragement to practice physical activity, however, for them to be successful, it must take into account the local reality, sociodemographic indicators, and the intensity and duration of the implementation of these policies.

**Key words:** Pediatric obesity. Public Policy. Primary Prevention.

E-mail dos autores:  
chris-layne10@hotmail.com  
andressacastro.s2@hotmail.com  
cielly2301@gmail.com  
laurinhaaam12@gmail.com  
analarissa2001@yahoo.com.br  
luisa17lima@gmail.com

1 - Universidade Federal do Piauí - UFPI, Brasil.

## INTRODUÇÃO

A obesidade é uma doença grave que se caracteriza por aumento excessivo da gordura corporal.

Atualmente, é considerada um dos principais problemas de saúde pública, uma vez que, quando adquirida na infância, a probabilidade de se ter complicações na vida adulta pode ser ampliada, como o surgimento de doenças cardiovasculares, cancerígenas, diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, entre outras (Lima e colaboradores, 2021).

São várias as causas e os fatores de risco que podem desencadear a obesidade infantil, dentre eles, podemos destacar fatores genéticos, emocionais, psicossociais, socioeconômicos, ambientais e culturais.

No entanto, são os hábitos de vida como alimentação desequilibrada e sedentarismo que mais influenciam a obesidade infantil (Barbone, Mendes, Andrade, 2021).

Diante do cenário que a obesidade infantil avança, o governo brasileiro tem promulgado algumas ações de promoção em saúde que visam o combate da obesidade infantil; a exemplo dessas ações temos o Programa Saúde na Escola, Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Projeto Escola Saudável (Reis, Vasconcelos, Barros, 2011).

O estudo tem como objetivo geral analisar na literatura científica como as políticas públicas contribuem para a prevenção da obesidade infantil, e especificamente identificar os eixos de ação das políticas públicas voltadas para obesidade infantil; conhecer os atores e ambientes para implementação das políticas e descrever os principais desafios/obstáculos na implementação de políticas públicas voltadas para obesidade infantil.

Desta forma, observa-se que a temática é de grande relevância, pois se constitui como um grave problema de saúde pública, apresentando índices alarmantes na infância, e provocam uma série de complicações e consequências ao longo do desenvolvimento infantil.

Nesse contexto as políticas públicas representam um forte aliado na prevenção e combate da obesidade infantil.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura (RI) que segundo Ercole, Melo e Alcoforado (2014) é um tipo de estudo que tem com intuito analisar a literatura científica de forma criteriosa, sistemática e abrangente, que possibilitem compreender determinado fenômeno ou buscar soluções sobre um problema específico, assim a revisão integrativa pode ter diferentes finalidades determinadas pelo pesquisador, podendo ser análise de metodologias, conceitos ou teorias.

A RI é estruturada em seis fases a seguir: Identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa; Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão; Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; Avaliação dos estudos incluídos; Intepretação dos resultados; e Apresentação da revisão/síntese do conhecimento (Sousa e colaboradores, 2017).

O estudo utilizará o PRISMA, itens de relatório preferidos para revisões sistemáticas e metanálise (Moher e colaboradores, 2009) para nortear que todas as etapas desta revisão sejam realizadas e atendam as especificidades e critérios para a construção de uma revisão fidedigna.

A partir do tema “atuação das políticas públicas na prevenção da obesidade infantil: uma revisão integrativa”, foi elaborada a seguinte questão norteadora “De que forma as políticas públicas podem contribuir para a prevenção da obesidade na infância?”.

Na qual por meio da questão norteadora, utilizou-se a estratégia PICO, onde o (P) representa população, (I) Intervenção, (C) comparador, e (O) desfechos ou outcomes. Com a estratégia PICO definida foram determinados os descritores através do Decs (Descritores em Ciências da Saúde), mesh terms (Medical Subject Headings), Título Cinahl (Quadro 01).

As bases científicas utilizadas para a coleta de dados foram: Cinahl (Cumulative Index to Nursing and Allied. Health Literature), Pubmed via Medline e Scopus, essas bases foram escolhidas pelo seu reconhecimento e amplo uso na área da saúde na busca de evidências científicas. A estratégia de busca determinou o uso do Booleano “AND”.

**Quadro 1** - Elementos da estratégia PICO e descritores utilizados, Teresina-PI, Brasil, 2021.

Elementos	Decs	Mesh Terms	Título Cinahl
P	Obesidade na infância	“Obesidade infantil” “Pediatric obesity” “Obesidad pediátrica”	“Pediatric obesity”
I	Políticas Públicas	“Políticas públicas” “Public policy” “Política pública”	“policy”
C	-	-	-
O	Prevenção	“Prevenção primária” “Primary prevention” “Prevención primaria”	“Prevention”

O elemento “C” comparador não foi inserido nesta estratégia pois o estudo não tem como objetivos comparar intervenções.

Através da definição e combinação dos descritores, foi realizada a busca eletrônica

avanzada nas bases de dados, e posteriormente sendo gerado os endereços de busca, conforme demonstrado no quadro 2.

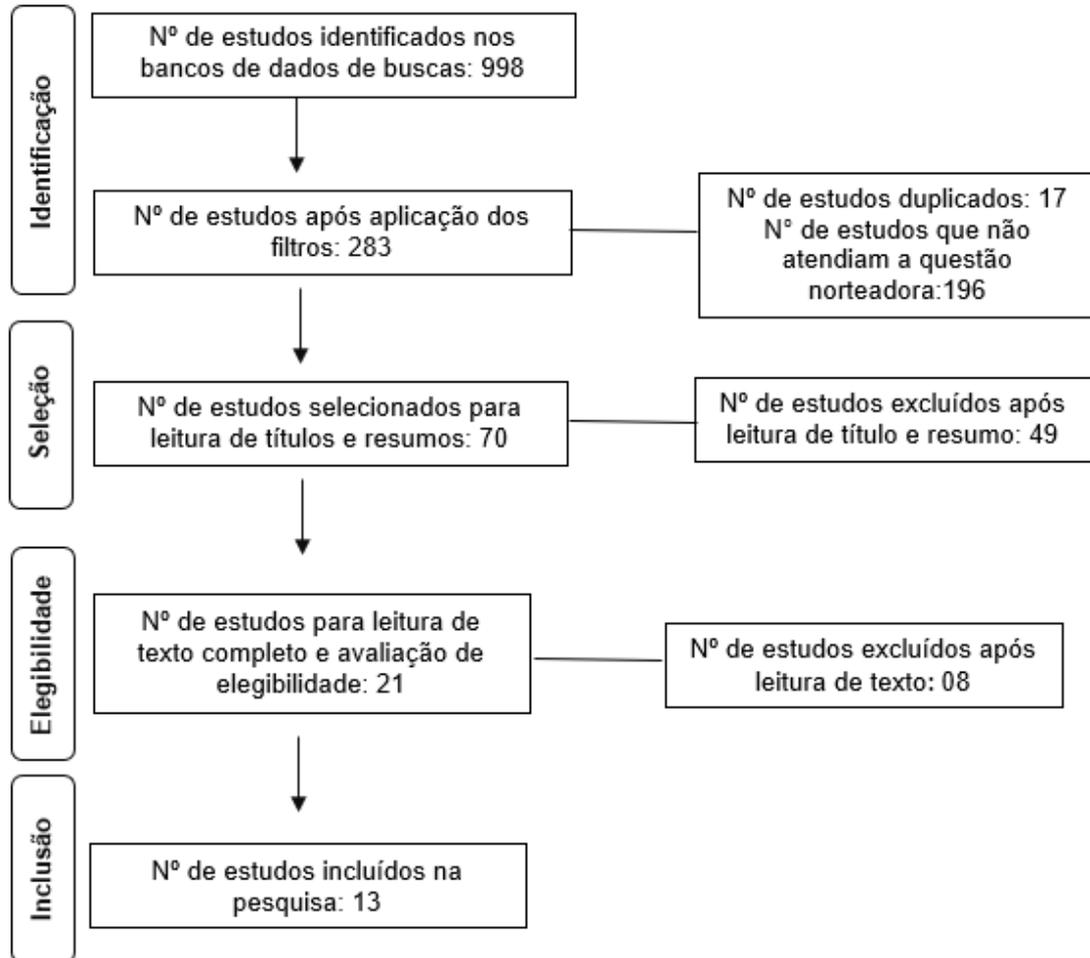
**Quadro 2** - Estratégias de busca utilizadas nas bases de dados Cinahl, PubMed e Scopus, Teresina-PI, Brasil, 2021.

Base de dados	Estratégia de Busca	Resultados	Filtrados	Selecionados
Cinahl	pediatric obesity AND policy AND prevention	814	202	03
PubMed	((Pediatric obesity) AND (Public policy)) AND (Primary prevention)	148	65	06
Scopus	(TITLE-ABS KEY (pediatric AND obesity) AND TITLE-ABS KEY (public AND policy) AND TITLE-ABS-KEY (primary AND prevention))	36	16	04

Os critérios de inclusão definidos foram artigos científicos completos e disponíveis em sua totalidade, nos idiomas inglês, espanhol e português, publicados nos últimos cinco anos, e que atendessem a questão norteadora do estudo.

Quanto aos critérios de exclusão, estudos fora do recorte temporal estabelecido, estudos do tipo revisão bibliográfica, livros, capítulos de livros, textos incompletos, teses e monografias.

A análise dos estudos foi estruturada em duas fases, na qual na primeira fase os estudos foram pré-selecionados por pares mediante aos critérios de inclusão e exclusão definidos, enquanto na segunda fase ocorreu a análise dos dados, quanto as características, objetivos, metodologia e desfechos de cada estudo. Ao final 13 estudos atenderam a questão norteadora (Figura 1).



**Figura 1** - Fluxograma de seleção de artigos de acordo com o PRISMA, Teresina-PI, Brasil, 2021.

A análise dos dados foi estruturada em categorias analíticas, dispostas de forma descritiva, destacando os dados mais relevantes para a pesquisa, de forma a facilitar a organização e interpretação das informações obtidas.

Os estudos foram classificados conforme os níveis de evidência propostos por Stillwell e colaboradores (2010), (quadro 3).

A pesquisa levou em consideração os aspectos éticos dos estudos incluídos para a síntese de resultados respeitando a autoria de ideias quanto aos conceitos, citações, e demais informações acerca da temática.

Quadro 3 - Níveis de Evidência.

Nível de Evidência	Tipo de estudo	Descrição
I	Revisão sistemática ou metanálise	Síntese das evidências de todos os ensaios clínicos randomizados e controlados relevantes.
II	Estudo randomizado controlado	Experimento em que os sujeitos são randomizados para um grupo de tratamento ou grupo de controle
III	Estudo controlado sem randomização	Experimento em que os sujeitos não são aleatoriamente atribuídos a um grupo de tratamento ou grupo de controle.
IV	Estudo caso-controle ou estudo de coorte	Estudo de caso-controle: uma comparação de sujeitos com uma condição (caso) com aqueles que não têm a condição (controle) para determinar as características que pode prever a condição. Estudo de coorte: uma observação de um (s) grupo (s) (coorte para determinar o desenvolvimento de um (s) resultado (s) como uma doença.
V	Revisão sistemática de estudos qualitativos ou descritivos	Uma síntese de evidências de estudos qualitativos ou descritivos para responder a uma questão clínica.
VI	Estudo qualitativo ou descritivo	Estudo qualitativo: reúne dados sobre o comportamento humano para entender por que e como as decisões são tomadas. Estudo descritivo: fornece informações básicas sobre o quê, onde e quando de um tópico de interesse.
VII	Opinião ou consenso	Opinião oficial do comitê de especialistas.

(Stillwell e colaboradores, 2010).

A construção dos resultados ocorreu de forma descritiva e utilizando cálculos matemáticos e inferências, que serão apresentados em quadros e tabelas para facilitar a visualização e compreensão dos dados.

## RESULTADOS

Na base CINAHL, a busca geral resultou em 814 estudos, ao aplicar os filtros texto completo e estudos publicados nos últimos cinco anos obteve-se 202 estudos, após leitura de títulos e resumos 17 estudos foram selecionados para leitura na íntegra e destes apenas três atediam a questão norteadora do estudo.

A base PubMed, em busca geral foram encontrados cento e quarenta e oito estudos, após a filtragem obteve-se sessenta e cinco

estudos, com a leitura de títulos e resumos 40 títulos foram pré-selecionados, e após a leitura na íntegra seis estudos foram selecionados para amostra final.

Como busca geral na Scopus foram encontrados 36 estudos, com a aplicação dos filtros obteve-se 16, a partir da leitura de títulos e resumos 12 estudos foram pré-selecionados, e com a leitura na íntegra quatro foram incluídos para síntese de resultados.

Ao todo 13 estudos foram selecionados, destes nove (69,2) apresentavam abordagem quantitativa dos dados, a maioria dos artigos tinha como delineamento os estudos transversais (53,8%) e ensaio clínico randomizado (30,7%). O periódico com mais publicações foi o BMC Public Health (38,4%), a maioria dos estudos eram originários dos Estados Unidos (46,1%), e o inglês foi o idioma que prevaleceu (100%).

**Quadro 5** - Análise descritiva das produções científicas acerca da “atuação das políticas públicas na prevenção da obesidade infantil: uma revisão integrativa”, Teresina-PI, Brasil, 2021, (n=13).

Variáveis	n	%
<b>Base de dados</b>		
CINAHL	03	23,1
PubMed	06	46,1
Scopus	04	30,7
<b>Abordagem do estudo</b>		
Qualitativo	04	30,7
Quantitativo	09	69,2
<b>Delineamento</b>		
Coorte	01	7,7
Ensaio Clínico Randomizado	04	30,7
Série de casos	01	7,7
Transversal	07	53,8
<b>Periódico</b>		
Am J Prev Med.	01	7,7
American Journal of Preventive Medicine	01	7,7
BMC Public Health	05	38,4
Implementation Science	01	7,7
Journal of Nutrition Education and Behavior	01	7,7
Journal of Pediatric Nursing	01	7,7
PLOS ONE	01	7,7
Preventing Chronic Disease Public Health Research, Practice, And Policy Volume 17, E34 Ma	01	7,7
Preventive Medicine	01	7,7
<b>País</b>		
Australia	03	23,1
Estados Unidos	06	46,1
Irã	01	7,7
Irlanda	02	15,3
Turquia	01	7,7
<b>Idioma</b>		
Inglês	13	100,0

Os estudos incluídos também foram classificados conforme os níveis de evidência proposto por Stillwell e colaboradores (2010), conforme apresentado no quadro 6.

Em que oito estudos (61,5%) apresentaram nível de evidência VI, quatro estudos (30,7%) nível II, e um estudo (7,7%) com nível de evidência IV.

**Quadro 6** - Classificações dos estudos em níveis de evidência, Teresina-PI, 2021.

Autor/ Ano	Delineamento de Estudo	Nível de Evidência
Taghizadeh, Khodayari-Zarnaq e Farhange (2021)	Transversal	VI
Collie-Akers e colaboradores (2020)	Transversal	VI
Conte e colaboradores (2020)	Transversal	VI
O'Donnell e colaboradores (2020)	Transversal	VI
Haley e colaboradores (2019)	Ensaio Clínico Randomizado	II
Fernandes e colaboradores (2019)	Ensaio Clínico Randomizado	II
Ickovics e colaboradores (2019)	Ensaio Clínico Randomizado	II
Hayes e colaboradores (2019)	Série de casos	VI
Finch e colaboradores (2019)	Ensaio Clínico Randomizado	II
Abiolal e colaboradores (2019)	Transversal	VI
Reilly e colaboradores (2018)	Transversal	VI
Pelletier e colaboradores (2017)	Transversal	VI
Nanney e colaboradores (2016)	Coorte	IV

O quadro 06 apresenta a distribuição dos estudos segundo algumas características: autores e anos de publicação, título e objetivo

## DISCUSSÃO

### Contribuições das políticas públicas para a prevenção da obesidade infantil

Um estudo realizado na Turquia mostrou que no país foi aprovado um conjunto de reformas que restringiu a publicidade na mídia de alimentos não saudáveis para crianças e criou um esquema de codificação de cores que proíbe alguns anúncios de alimentos e requer rotulagem para terceiros (Haley e colaboradores, 2019).

Assim, como foi possível identificar por meio dos participantes da pesquisa que a obesidade é vista como um "grande problema" e que é importante o papel das escolas, serviços de saúde e governo na prevenção. E que os formuladores de políticas podem antecipar um apoio forte e amplo para a maioria das ações de prevenção e intervenções políticas orientadas para a obesidade (Reilly e colaboradores, 2018).

O mesmo estudo identificou oportunidades para toda a população, porém algumas diferenças econômicas são significativas. Entrevistados com maiores níveis de escolaridade tendem a serem mais relacionadas com o fator ambiental e o comportamento pessoal em comparação com aqueles com menos escolaridade (Reilly e colaboradores, 2018).

Da mesma forma, aqueles com níveis educacionais mais elevados estavam mais

principal, a amostra foi composta de diferentes estudos que elencaram diferentes aspectos da temática abordada.

favoráveis as intervenções das políticas, incluindo limites sobre marketing de mídia, mudanças nos rótulos dos alimentos, restrições a produtos não saudáveis nas escolas, do que aqueles com menos educação (Haley e colaboradores, 2019).

Dos vários tipos de configurações em que os programas comunitários e políticas foram implementadas a educação /escolas foi o ambiente mais frequente (Collie-Akers e colaboradores, 2020).

As políticas destinadas a limitar os alimentos como uma recompensa na sala de aula é de sucesso se os professores forem os primeiros confiante de que as crianças estão recebendo nutrição adequada. Interação significativa entre a intervenção nutricional nos alunos em escolas randomizadas para receber apoio de políticas de nutrição tiveram trajetórias percentuais de IMC mais saudáveis (Finch e colaboradores, 2019).

Estudo realizando auditoria e intervenção de alimentação facilitada após a implementação de políticas de promoção de alimentação saudável e atividade física e práticas no ambiente de acolhimento de crianças. O estudo descobriu que a intervenção não foi eficaz na melhoria, relativa para controlar, a implementação de políticas direcionadas e práticas. Os resultados indicam que intervenções isoladas podem não ser suficiente para melhorar o acolhimento de crianças, sugerindo formuladores de políticas e profissionais a exigirem estratégias mais

intensivas para apoiar a mudança prática neste modelo de configuração (Collie-Akers e colaboradores, 2020).

Os resultados sugerem que uma estratégia múltipla intervenção envolvendo liderança, processos de consenso, educação, recursos, auditoria e feedback, e em curso suporte na forma de mensagens de texto/e-mails pode melhorar implementação nas escolas de uma política de cantina escolar saudável (Finch e colaboradores, 2019).

A atividade física em escolas como estratégia isolada não é susceptível de produzir efeitos significativos sobre a obesidade infantil, apesar de citar outros benefícios significativos para a saúde, como melhora dos parâmetros fisiológicos (Nanney e colaboradores, 2016).

A disponibilidade de menos alimentos e bebidas saudáveis estão significativamente associados com um percentual de IMC ligeiramente mais alto (Taghizadeh, Khodayari-Zarnaq, Farhange, 2021). É que uma política isolada é menos eficiente que a associação de várias políticas, no entanto, outros estudos sugerem que as políticas de redução do consumo de açúcar nas bebidas são particularmente eficazes (Nanney e colaboradores, 2016).

Foi evidenciado que os mais desfavorecidos estados, aqueles que mais precisam de uma prevenção eficaz da obesidade, eram mais propensos a ter políticas estaduais fortes nas escolas. Nesse sentido, a prevalência da obesidade infantil pode estar

motivando os estados a adotarem políticas relacionadas à obesidade (Pelletier e colaboradores, 2017).

### **Eixos de ação das políticas públicas voltadas para obesidade infantil**

A obesidade infantil é ainda um dos desafios de saúde que exigem ações imediatas, tendo em vista os altos índices ao longo dos anos, e a construção e implementação de políticas públicas aparentam tem grande poder de mudança, entretanto é preciso avaliar muitos componentes para sua execução, pois não basta apenas a elaboração dessa políticas é preciso que ela seja acessível e atenda ao público-alvo como todo sem distinção e desigualdades (Taghizadeh, Khodayari-Zarnaq, Farhange, 2021; Finch e colaboradores, 2019).

Políticas voltadas para a prevenção da obesidade infantil podem reverter o quadro de obesidade e diminuir suas consequências, pois em muitos casos crianças com obesidade sobrepeso tendem a permanecerem obesas quando adulta e são mais vulneráveis ao aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis (Collie-Akers e colaboradores, 2020).

Nesse contexto as políticas públicas voltadas para a prevenção apresentam alguns eixos em comum para implementação das intervenções (quadro 7).

**Quadro 7** - Principais eixos das políticas públicas voltadas para prevenção da obesidade infantil, Teresina-PI, 2021.

Autor/ Ano	Foco das Políticas	Faixa Etária
Taghizadeh, Khodayari-Zarnaq e Farhange (2021)	Atividade física, educação e nutrição	Crianças a partir de 06 anos
Collie-Akers e colaboradores (2020)	Atividade física e nutrição	04 a 15 anos
Conte e colaboradores (2020)	Monitoramento e promoção da saúde	Alunos do Ensino Fundamental
O'Donnell e colaboradores (2020)	Atividade física, educação e nutrição	Não especificado
Haley e colaboradores (2019)	Atividade física, educação e nutrição	09 a 11 anos
Fernandes e colaboradores (2019)	Nutrição	Alunos do primário
Ickovics e colaboradores (2019)	Atividade física e nutrição	A idade média dos alunos no início do estudo era de 10,9 anos.
Hayes e colaboradores (2019)	Atividade física e nutrição	Alunos do ensino fundamental
Abiolal e Mello (2019)	Atividade física, educação e nutrição	Não especificado
Finch e colaboradores (2019)	Atividade física, educação e nutrição	03 a 05 anos
Reilly e colaboradores (2018)	Nutrição	05 a 12 anos
Pelletier e colaboradores (2017)	Atividade física e nutrição	Alunos do primário e fundamental
Nanney e colaboradores (2016)	Atividade física e nutrição	Alunos do ensino fundamental

No geral as políticas públicas direcionadas a prevenção da obesidade infantil apresentam como áreas principais os componentes de atividade física, educação e nutrição, que podem ser combinados ou separadamente a depender do escopo estrutural e do foco estabelecido.

Para Ickovics e colaboradores (2019) as políticas que demonstram mais efetividade devem apresentar estes três componentes em conjunto, pois dentre de cada um deles existe uma gama de intervenções a serem elaboradas e colocadas em práticas resultando em múltiplas facetas para uma melhor adaptação e adequação ao público infantil.

Nos estudos de Collie-Akers e colaboradores (2020) dentre as ações a serem desenvolvidas quanto a atividade física remete ao incentivo e criação de competições esportivas, interclasses, com utilização de premiações e outros materiais como forma de incentivar os alunos, tendo em vista que a escola é o ambiente mais acessível para a implementação dessas intervenções.

Outras intervenções diferenciadas que podem ser explorados pelas políticas proposta são os programas escolares “verdes”, que

relacionam sustentabilidade com a prática de atividade física, como caminhadas, uso de bicicletas, dentre outras atividades (Hayes e colaboradores, 2019).

As políticas pautadas em nutrição apresentam intervenções podem ser alternativas, abordando o uso de recompensas / celebrações baseadas em alimentos (Ickovics e colaboradores, 2019; Fernandes e colaboradores, 2019). Corroborando com esse estudo, Hayes e colaboradores (2019) ressaltam que as intervenções baseadas em recompensas podem aumentar o consumo de frutas e vegetais, incentivando as mudanças de hábitos alimentares que deve ocorrer por etapas para que a criança consiga se adaptar.

Algumas ideias a considerar na implementação de intervenções incluiriam realização de eventos com participação das famílias tais como preparação de refeições favoritas, ensino de receitas, concertos, apresentações de artes, jogos e peças, tal variedade de evento podem ser escolhidas pela comunidade escolar, o desenvolvimento dessas atividades refletirá sobre diferentes culturas e diversidade no ambiente escolar e quais dessas estratégias são mais eficientes

para atingir os objetivos propostos quanto nutrição e prevenção da obesidade (Fernandes e colaboradores, 2019).

Uma estratégia de boa aderência é a utilização do marketing dentro das políticas tanto nos eixos de nutrição como atividade física, e seu funcionamento consiste no marketing utilizado comumente para promover um produto, mas neste caso, para promover os alimentos saudáveis e a prática de atividade física, levando em consideração a capacidade das estratégias de marketing em influenciar nas tomadas decisões, quando bem estruturada pode proporcionar resultados significativos (Collie-Akers e colaboradores, 2020; Hayes e colaboradores, 2019).

A viabilidade das Políticas Públicas deve considerar muitos aspectos tais como regional e socioeconômicos, portanto, algumas políticas remetem outras estratégias de intervenção para melhor adequação ao seu público-alvo (Reilly e colaboradores, 2018; Pelletier e colaboradores, 2017). Nos estudos Taghizadeh, Khodayari-Zarnaq e Farhange (2021) outras abordagens dentro das políticas públicas consiste em distribuição de cestas de alimentos, cursos de educação nutricional especial profissionais de saúde, instruções saudáveis para nutrição escolar.

O eixo da educação está interligado a todos os demais eixos, entretanto as políticas com ênfase na educação visam utilização de recursos didáticos para o desenvolvimento profissional e treinamentos tanto para os profissionais da saúde como para a comunidade escolar, além da abordagem prática e teórica em nutrição e atividade física, treinamento com os pais e comunidades também é uma boa estratégia para a implementação de políticas (Haley e colaboradores, 2019; Abiola, Melo, 2019; Fernandes e colaboradores, 2019).

O planejamento das políticas deve levar em consideração a organização de intervenções e de programas, a utilização de recursos de acordo com as estratégias definidas, uma maior intensidade das políticas, ou seja, maior duração, maior alcance, e maior força das estratégias, e a implementação entre múltiplas configurações através das quais as crianças podem ser expostas a estas intervenções (Collie-Akers e colaboradores, 2020).

No âmbito das políticas o monitoramento é uma importante etapa pois permite avaliar todos os aspectos da

implementação e identificar se as intervenções foram bem-sucedida ou se falharam, não fazer um monitoramento adequado pode resultar em formuladores de políticas com conclusões falsas, mas quando realizado com êxito ajuda os formuladores de políticas a desenvolver indicadores de desempenho significativos que são sensíveis à diversidade e entre os contextos (Conte e colaboradores, 2020).

### **Atores e ambientes para implementação das políticas**

Alguns especialistas sugerem que para lidar com a obesidade infantil deve-se levar em conta a transformação do ambiente que essas crianças operam, como escolas, lojas de varejo, saúde, locais de trabalho e mídia. Essas transformações estariam relacionadas, por exemplo, a ampliação do tempo de atividade física praticada nas escolas (Collie-Akers e colaboradores, 2020).

Segundo Ickovics e colaboradores (2019) os ambientes escolares mais saudáveis podem beneficiar os alunos, e as políticas de bem-estar da escola podem resultar em melhorias significativas. Em seu estudo, foi possível observar que alunos que tiveram apoio para implementação de políticas de nutrição tiveram trajetórias de IMC mais saudáveis ao longo do tempo e com efeitos cumulativos 3 anos após intervenção. No entanto, não houve diferenças no IMC dos alunos entre aqueles em escolas com e sem implementação de política de atividade física.

Dessa forma, em concordância, Nanney e colaboradores (2016) traz em seu estudo, que a disposição de frutas/vegetais foi associada a um aumento significativo na ingestão diária total entre os alunos, enquanto a disponibilidade de bebidas e lanches menos saudáveis foi associada a um aumento pequeno e significativo (1%) no percentil de IMC dos alunos no nível escolar.

Um estudo realizado na Irlanda apontou dois programas de intervenção: GST (Green Schools Travel), programa ativo de viagens para a escola primária e secundária e o Food Dudes, que incentiva crianças do ensino fundamental a consumir mais frutas e vegetais. Esses programas buscam o envolvimento tanto das crianças, quanto dos pais e dos contribuintes da escola, e, para que haja uma implementação bem-sucedida, seria necessário ajustes contextuais entre as intervenções e ambiente, os envolvidos e a

liderança em vários níveis, além do financiamento seguro (Hayes e colaboradores, 2019).

Além disso, Taghizadeh, Khodayari-Zarnaq e Farhange (2021) apontam que alguns dos fatores de risco estão relacionados com o conhecimento e percepção de peso, nível socioeconômico, propaganda de fast food, história familiar de obesidade, duração de aleitamento materno exclusivo, reiterando que uma das principais razões que afetam a ingestão de alimentos na infância e adolescência é a consciência dos pais sobre a obesidade e suas consequências, não sendo responsabilidade apenas da escola para combater a obesidade infantil.

### **Principais desafios/obstáculos na implementação de políticas públicas voltadas para obesidade infantil**

A Implementação bem-sucedida e expansão da saúde pública intervenções antiobesidade nas escolas dependem de ter um bom ajuste contextual entre a intervenção e definição, engajamento e liderança em múltiplos níveis e financiamento seguro. Estilo de vida saudável pré-existente as políticas dentro de uma escola eram um forte fator de apoio (Hayes e colaboradores, 2019).

Em estudo realizado por Fernandes e colaboradores (2019) os autores consideraram cada escola política de nutrição separadamente.

No geral, comida foi considerada uma experiência profundamente pessoal, e muitos educadores expressaram preocupações sobre a fome do aluno e as diversas necessidades culturais da comunidade. Muitos notaram vários graus de incompatibilidade entre a escola e valores (relacionados a cuidar de bem-estar do aluno) e restrição alimentar. O que levou a uma discordância que reduziu as motivações dos educadores para implementar as políticas.

Segundo Taghizadeh, Khodayari-Zarnaq e Farhange (2021) as principais conclusões indicaram que os principais problemas eram a falta de cooperação e coordenação entre as partes interessadas e titulares, a prioridade da abordagem de tratamento sobre as ações no sistema de saúde, problemas econômicos e baixa consciência e atitude em relação as políticas ou não implementação a política de forma otimizada.

Embora as políticas federais tenham definidos padrões de nutrição para todos os alimentos vendidos para os alunos dentro e fora dos programas federais de alimentação, não há padrões de nutrição definidos pelo governo federal para comida fornecida aos alunos em classe.

A pesquisa descobriu que eventos em sala de aula contribuem com quantidades substanciais de alimentos não saudáveis e bebidas para o ambiente escolar.

Além disso, usando comida como uma recompensa por bom comportamento e desempenho acadêmico é uma preocupação porque pode prejudicar a saúde hábitos alimentares e encorajar crianças para comer quando não estão com fome (Fernandes e colaboradores, 2019).

Além disso, desafios de profissionais da linha de frente são importantes para o avanço da reforma da nutrição escolar efetivamente.

Escolas com um significativo número de alunos e famílias que vivem em ou abaixo da pobreza, é um desafio para cumprir as necessidades básicas de desenvolvimento humano (Collie-Akers e colaboradores, 2020).

Fatores que impedem a adoção e implementação das políticas públicas voltadas para obesidade infantil incluem a comunicação insuficiente entre as partes interessadas em todos os níveis, o que torna uma barreira percebida, entre os pais e as escolas, dentro das escolas e entre as escolas e os organizadores e financiadores do programa.

Barreiras como hábitos alimentares das crianças em seu nível familiar foram percebidos como importante desafio, uma vez que não dão continuidade aos hábitos saudáveis implantados (Hayes e colaboradores, 2019).

### **CONCLUSÃO**

Com advento da globalização e mudanças gerais da sociedade, a obesidade se apresenta como um dos grandes problemas resultantes das mudanças de estilo de vida, afetando populações cada vez mais jovens, como as crianças, que tendem a ser mais suscetíveis ao desenvolvimento de comorbidades e a uma obesidade grave no decorrer do seu desenvolvimento.

Portanto a construção de políticas públicas é fundamental e extremamente necessária, pois apresentam o potencial de mudanças quando elaboradas e planejadas

conforme a realidade local e contextos, pois não basta apenas em “teoria”, que a política apresente um plano estratégico formidável é necessário que na “prática” ela alcance os objetivos e metas conforme estipulado.

Os estudos permitiriam ampliar os conhecimentos em relação as políticas públicas voltadas a obesidade infantil, que demonstraram importantes resultados quanto a redução do IMC, mudanças dos hábitos alimentares e incentivo a prática de atividade física, entretanto para que sejam bem-sucedidas deve levar em conta a realidade local, os indicadores sociodemográficos, e a intensidade e duração da implementação dessas políticas.

A escola e a comunidade em geral devem fazer parte da implementação e do processo de aprendizagem para o combate da obesidade infantil.

O estudo apresentou limitações quanto ao detalhamento de intervenções, e critérios para a construção e avaliação das políticas, também sobre avaliações posteriores após o término das políticas.

Os resultados apresentados são diversos e significativos pois abordam sobre as políticas de prevenção da obesidade infantil em diferentes cenários, o que pode ser útil para nortear e estimular mais pesquisas na área que auxiliam na construção e implementação de políticas efetivas.

## REFERÊNCIAS

- 1-Abiola, S. E.; Melo, M. M. Multilevel legal approaches to obesity prevention: A conceptual and methodological toolkit. *Plos One*. 2019.
- 2-Barbone, F. G. I.; Mendes, V.; Andrade, H. S. Dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro na prevenção da obesidade infantil: uma revisão integrativa. *Revista Conexão Ciência*. Vol.16. Núm. 2. 2021.
- 3-Collie-Akers, V. L.; e colaboradores. Association of Multisetting Community Programs and Policies with Child Body Mass Index: The Healthy Communities Study. *Preventing Chronic Disease Public Health Research, Practice, And Policy*. Vol. 17. E.34. 2020.
- 4-Conte, K.; e colaboradores. Can an electronic monitoring system capture implementation of health promotion programs? A focussed ethnographic exploration of the story behind program monitoring data. *BMC Public Health*. Vol. 20. Núm. 917. 2020.
- 5-Ercole, F. F.; Melo, L. S.; Alcoforado, C. L. G.C. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. *Rev Min Enferm (REME)*. Vol. 18. Núm. 1. p.01-11. 2014.
- 6-Fernandes, C.S. F.; e colaboradores. Educator Perspectives: Selected Barriers to Implementation of School-Level Nutrition Policies. *Journal of Nutrition Education and Behavior*. Vol. 51. Núm. 7. 2019.
- 7-Finch, M.; e colaboradores. A randomised controlled trial of performance review and facilitated feedback to increase implementation of healthy eating and physical activity promoting policies and practices in centre-based childcare. *Implementation Science*. Vol. 14. Núm. 17. 2019.
- 8-Haley, S. J.; e colaboradores. Perceptions of Obesity Prevention Policies: Socioeconomic Assessment in the Turkish Capital. *Journal of Pediatric Nursing*. Vol. 44. p. e20-e27. 2019.
- 9-Hayes, C. B.; e colaboradores. Barriers and facilitators to adoption, implementation and sustainment of obesity prevention interventions in schoolchildren-a DEDIPAC case study. *BMC Public Health*. Vol. 19. Núm. 198. 2019.
- 10-Ickovics, J. R. e colaboradores. Implementing School-Based Policies to Prevent Obesity: Cluster Randomized Trial. *Am J Prev Med*. Vol. 56. Núm. 1. p. e1-e11. 2019.
- 11-Lima, G. S. O.; e colaboradores. Fatores de risco associados a obesidade infantil em escolares brasileiros: uma revisão sistemática. *Biomotriz*. Vol. 15. Núm. 1. p. 291-305. 2021.
- 12-Moher, D.; e colaboradores. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the prisma statement. *BMJ*. Vol. 339. Núm. 211. p. 2535-2535. 2009.
- 13-Nanney, S. M.; e colaboradores. School Obesity Prevention Policies and Practices in Minnesota and Student Outcomes a Longitudinal Cohort Study. *Am J Prev Med*. Vol. 51. Núm. 5. p.656-663. 2016.

14-O'donnell, S.; e colaboradores. Establishing consensus on key public health indicators for the monitoring and evaluating childhood obesity interventions: a Delphi panel study. BMC Public Health. Vol. 20. Núm. 1733. 2020.

15-Pelletier, J. E.; e colaboradores. Evidence-based policies on school nutrition and physical education: Associations with state-level collaboration, obesity, and socio-economic indicators. Preventive Medicine. Vol. 99. p. 87-93. 2017.

16-Reilly, K. L.; e colaboradores. Scale up of a multi-strategic intervention to increase implementation of a school healthy canteen policy: findings of an intervention trial. BMC Public Health. Vol. 18. Núm. 860. 2018.

17-Reis, C. E. G.; Vasconcelos, I. A. L.; Barros, J. F. N. Políticas públicas de nutrição para o controle da obesidade infantil. Rev Paul Pediatr. Vol. 29. Núm. 4. p.625-33. 2011.

18-Sousa, L. M. M.; e colaboradores. A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. Revista de Investigação de Enfermagem. Núm. 21. p. 17-26. 2017.

19-Stillwell, S. B.; e colaboradores. Searching for the Evidence. AJN. Vol. 110. Núm. 5. p.41-47. 2010.

20-Taghizadeh, S.; Khodayari-Zarnaq, R.; Farhangi, M. A. Childhood obesity prevention policies in Iran: a policy analysis of agenda-setting using Kingdon's multiple streams. BMC Pediatrics. Vol. 21. Núm. 250. 2021.

Recebido para publicação em 13/03/2022

Aceito em 05/06/2022